



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 9456

**Presidente da Mesa Diretora:** José Marcos Martins de Freitas

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Normas, Obrigações, Proibições e Regulamentos

**Autoria:** Wilton Afonso Dias Soares

**Data:** 02/04/2019

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 37/2019. Dispõe sobre o limite de tempo para atendimento dos usuários, em estabelecimentos dos Cartórios Extrajudiciais de Serviços Notariais e de Registro do Município de Montes Claros, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 5.144, de 22/05/2019).

**Controle Interno – Caixa:** 17.1

**Posição:** 53

**Número de folhas:** 08

---

Expediente: PL  
Legislação: municipal  
CX: 17.01  
Ordem: 53  
nº fls: 06



nº 24/2019

30.04.2019

# Câmara Municipal de Montes Claros

Lei 5.144 22/05/19

PROJETO DE LEI Nº 37/2019

AUTOR:

Ver. Wilton Afonso Dias Soares

ASSUNTO:

Dispõe sobre o Tempo para Atendimento de Usuários em  
Estabelecimento dos Catórios Extrajudiciais de Serviços Notariais e  
de Registro do Município de Montes Claros - MG.

## MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 02/04/2019
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça.
- 3 -
- 4 - VISTAS POR 3ª M. EM. 23-04-2019
- 5 - ANOVAO EM REGIME DE URGENCIA
- 6 - EM. 30.04.2019
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE LEI Nº **37/2019**

**DISPÕE SOBRE O TEMPO PARA ATENDIMENTO DE USUÁRIOS EM ESTABELECIMENTO DOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS DE SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG.**

*AS Comissões  
aprovam*

O Povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal em seu nome no uso de suas atribuições legais, sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º.** Ficam os Cartórios extrajudiciais de Serviços Notariais e de Registro que operam no Município de Montes Claros obrigados a atender cada usuário no prazo máximo de 20 (vinte) minutos como tempo de espera.

**Parágrafo Único.** Considera-se tempo de atendimento o computado desde a entrada do usuário no estabelecimento do cartório, até o início do efetivo atendimento.

**Art. 2º.** Para comprovação do tempo de espera, o usuário apresentará o bilhete da senha de atendimento, onde constará, impresso mecanicamente, o horário de recebimento da senha e o horário de atendimento.

**Parágrafo único.** Os Cartórios extrajudiciais de Serviços Notariais e de Registro deverão disponibilizar senhas numeradas, que deverá ser entregue ao usuário logo ao adentrar ao estabelecimento do cartório.

**Art. 3º.** Cabe aos Cartórios extrajudiciais de Serviços Notariais e de Registro de que trata esta Lei implantar os procedimentos necessários para o cumprimento do disposto nesta lei, no prazo de 90 dias a partir da publicação desta.

**Parágrafo único.** Entre os procedimentos a que se refere o caput deste artigo, os Cartórios extrajudiciais de Serviços Notariais e de Registro disponibilizarão número suficiente de funcionários e terminais de atendimento para o cumprimento desta Lei.

**Art. 4º.** Os cartórios extrajudiciais de Serviços Notariais e de Registro deverão instalar banheiro, bebedouro e assentos individuais para uso de clientes e adaptados para atender as necessidades das pessoas com deficiência.

  
Wilson Afonso Dias Soares  
Vereador





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

**Art. 5º.** As denúncias de descumprimento desta lei serão feitas ao serviço de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON – Montes Claros-MG.

**Parágrafo único.** Para o fim do disposto no caput deste artigo, os estabelecimentos de que trata o art. 1º desta Lei afixarão, em posição visível ao consumidor que estiver na fila, cartaz legível com número desta lei e os dizeres que expressem:

I - a obrigatoriedade a que se refere o art. 1º desta Lei;

II – o número de telefone e endereço do PROCON- Montes Claros

**Art. 6º.** A denúncia deverá ser apresentada ao PROCON- Montes Claros mediante Termo de Denúncia acompanhado do comprovante de seu tempo de espera, ou nos padrões de denúncias já adotados pelo PROCON.

**§ 1º** - O Termo de Denúncia conterá nome completo do denunciante, número da carteira de identidade, endereço residencial e assinatura do usuário/denunciante bem como nome e endereço do Cartório extrajudicial de Serviço notarial ou de Registro objeto da denúncia.

**§ 2º** - Fica dispensada a utilização de formulário oficial para elaboração do Termo de Denúncia.

**Art. 7º** - O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o estabelecimento infrator à aplicação das seguintes penalidades:

I- aplicação de multa de 500 unidades de referência fiscal de Montes Claros ( UREF – MC) ;

II - duplicação do valor da multa, em caso de nova reincidência.

III – suspensão do alvará de funcionamento, em caso de terceira reincidência.

**Art. 8º** - Não será considerada infração à Lei a não observância do tempo de espera previsto, desde que devidamente comprovado, nas seguintes condições:

I - força maior, tais como interrupção do fornecimento de energia elétrica e problemas relativos à telefonia e transmissão de dados;

II - greve;

  
Wilton Afonso Dias Soares  
Vereador



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

**Art. 9º** - Os recursos advindos das multas serão destinados ao Fundo Municipal de Proteção e Defesa ao Consumidor- FMPDC.

**Art. 10º.** Revogam-se os dispositivos em contrário.

**Art. 11** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros, 23 de março de 2019

  
Wilton Afonso Dias Soares  
Vereador

**Vereador Wilton Dias**

CÂMERA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 02 DE ABRIL DE 2019

CÂMERA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 30 DE ABRIL DE 2019  
PRESIDENTE





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 37/2019 QUE “Dispõe sobre o tempo para atendimento de usuários em estabelecimentos dos cartórios extrajudiciais de serviços notariais e de registro.” de autoria do Vereador Wilton Afonso Dias Soares.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto em questão tem como objetivo estabelecer tempo máximo para atendimento nos cartórios extrajudiciais de serviços notariais e de registro no município de Montes Claros.

A Constituição Federal permite ao Município Legislar sobre assuntos de interesse eminentemente locais, como no caso presente, sendo que, neste sentido já decidiu o Supremo Tribunal Federal ao analisar o RE 397094:


**EMENTA:** Distrito Federal: competência legislativa para fixação de tempo razoável de espera dos usuários dos serviços de cartórios. 1. A imposição legal de um limite ao tempo de espera em fila dos usuários dos serviços prestados pelos cartórios não constitui matéria relativa à disciplina dos registros públicos, mas assunto de interesse local, cuja competência legislativa a Constituição atribui aos Municípios, nos termos do seu art. 30, I. 2. A LD 2.529/2000, com a redação da LD 2.547/2000, não está em confronto com a Lei Federal 8.935/90 - que disciplina as atividades dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, nos termos do art. 236, § 1º, da Constituição - por tratarem de temas totalmente diversos. 3. RE conhecido e desprovido.

Portanto, não se vê no caso em tela qualquer vício de iniciativa ou mesmo ilegalidade.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 03 de abril de 2019.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605



## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 37/2019**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Dispõe sobre diretrizes para o tempo de atendimento de usuários em estabelecimento dos Cartórios Extrajudiciais de Serviços Notariais e de Registro.**

#### **I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 02/04/2019, com entrada na Sala das Comissões no dia 03/04/2019.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto de lei versa sobre tempo de atendimento de usuários em estabelecimento dos Cartórios Extrajudiciais de Serviços Notariais e de Registro de Montes Claros.

Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público através da prestação de serviços mediante pagamentos de emolumentos, estabelecendo relação de consumo entre o cartório (fornecedor) e o cliente (consumidor), portanto se submete às regras do Código de Defesa do Consumidor.

Nesse contexto, o tempo de espera de atendimento desses estabelecimentos implica em assunto de interesse local, fato que legitima o município a legislar de acordo com o artigo 30, I da Constituição Federal de 1988 e Lei Orgânica Municipal.

Não obstante, para corroborar tal entendimento recorreremos à decisão do Supremo Tribunal Federal ao analisar o RE 397094:

*DISTRITO FEDERAL: Competência legislativa para fixação de tempo razoável de espera dos usuários dos serviços de cartórios. 1. A imposição legal de um limite ao tempo de espera em fila dos usuários dos serviços prestados pelos cartórios não constitui matéria relativa a disciplina dos registros públicos, mas assunto de interesse local, cuja competência legislativa a Constituição atribui aos Municípios, nos termos do seu art. 30, I. 2. A LD 2.529/2000, com a redação da LD 2.547/2000, não está em confronto com a Lei Federal 8.935/90 – que*





## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

*disciplina as atividades dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, nos termos do art. 236, §1º, da Constituição – por tratarem de temas totalmente diversos. No caso das atividades bancárias, também o município pode legislar sobre tempo de espera para atendimento.*

Assim sendo, verifica-se que a presente proposição trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e não contraria normas legais e constitucionais.

Registrando que tramitou na Casa, neste ano, Projeto de Lei nº 27/2019, com matéria semelhante, que foi retirado de tramitação pelo autor.

### **III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei e que o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2019.

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Suplente/Vice-Presidente: Valcir Soares Silva

Relator: Ver. Wanderley Ferreira de Oliveira: